

MINISTÉRIO DO  
TRABALHO



## BOLETIM ESPECIAL DO OBSERVATÓRIO

### INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO



Observatório Nacional  
do Mercado de Trabalho

## APRESENTAÇÃO

### NESTA EDIÇÃO

1. Introdução
2. Caracterização do emprego formal
3. Movimentação do emprego
4. Intermediação de mão-de-obra

Este Boletim é uma publicação informativa especial do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho para o Dia D de Inclusão de Pessoas com Deficiência. A ação do Ministério do Trabalho tem por objetivo promover a integração dessa parcela da população no mercado de trabalho com ações espalhadas em todo o país. O presente informativo apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para a análise da inserção dos brasileiros com deficiência no mercado de trabalho. Trazemos os dados estatísticos provenientes da base do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Base de Gestão da Intermediação de Mão-de-Obra (BG-IMO), e do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 1 | INTRODUÇÃO

Divulgado no ano de 2010, os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram um quantitativo de 45,6 milhões de pessoas que declararam possuir algum tipo de deficiência, número equivalente a 23,9% da população geral do Brasil. Dentre os tipos de deficiências declaradas pelo estudo estão: deficiência visual – equivalente a 18,8% da população, motora (7%), auditiva (5,1%) e mental ou intelectual (1,4%).

O Censo ainda apresenta as taxas e níveis de escolaridade, apontando o valor de 61,1% para a população com deficiência que não possui nenhum nível de instrução ou somente o nível fundamental.

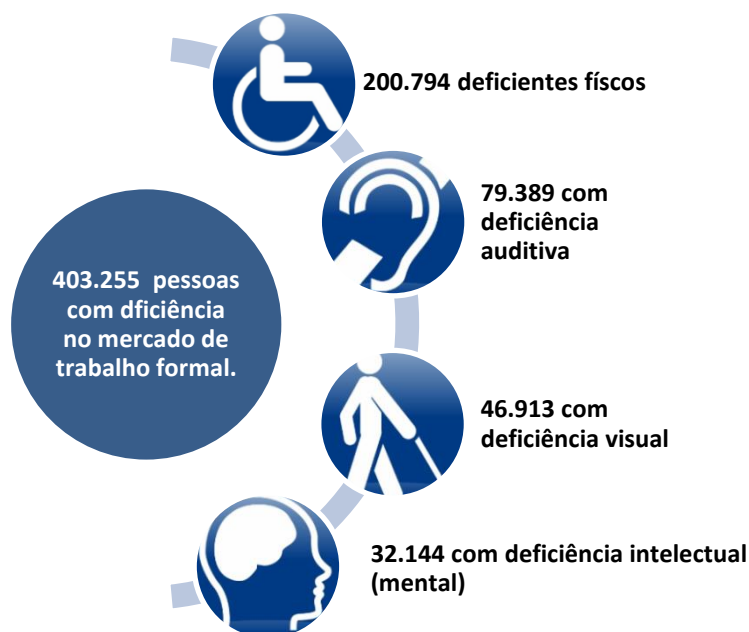
Do quantitativo total de pessoas com deficiência registrado pelo Censo em idade ativa, 53,8% foram declarados fora do mercado de trabalho. Embora haja uma determinação legal (Lei de Cotas – nº 8213/1991 e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – nº 13.146/2005) em relação à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, os índices de indivíduos empregados revelados ainda são baixos.

Programas de mobilização e políticas de incentivo, como o Dia D, são importantes para elevar os índices de contratações da população de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.

## 2 | CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

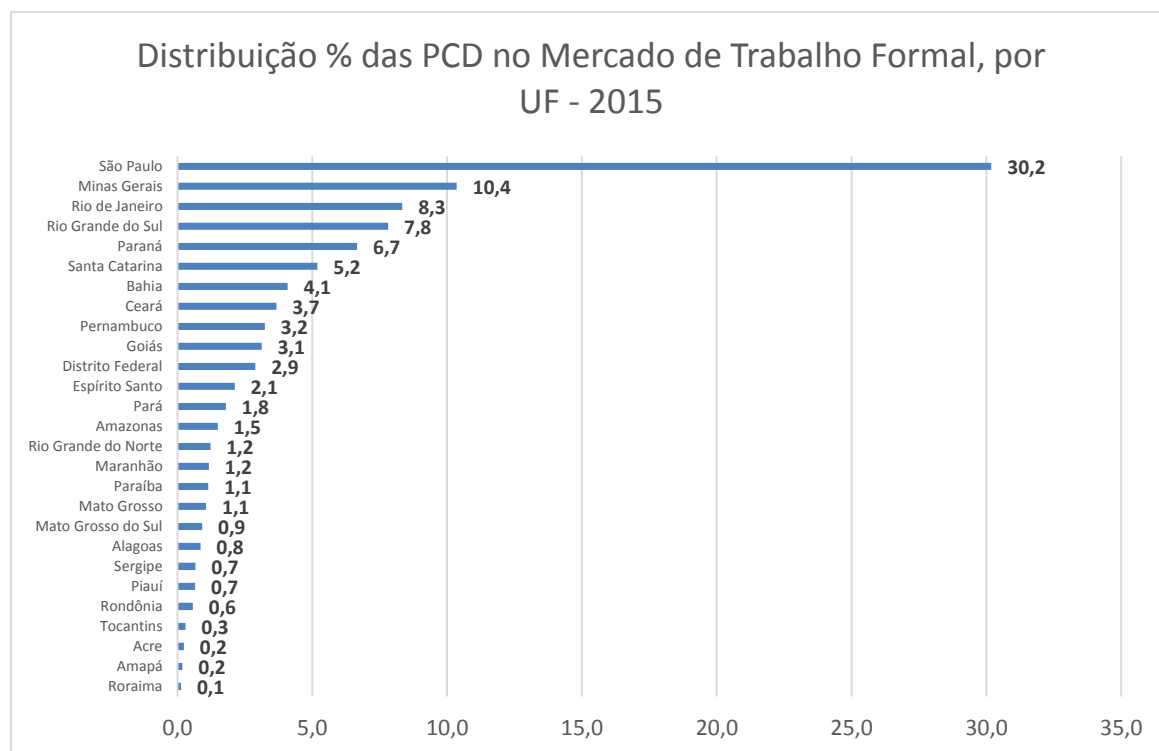
Nesta seção, apresenta-se a evolução do emprego para pessoas com deficiência de 2007 a 2015, com base nos registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Foi feito um panorama e um quantitativo que revela a evolução, de acordo com o tipo de deficiência, de empregos formais gerados para PCDs ao longo desse período. Também foi traçada uma evolução por recortes de faixa etária, gênero, escolaridade, setor de atuação e por remuneração.

Em 2015, havia um total de 403.255 pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. Entre elas, 49,8% eram deficientes físicos; 19,7% tinham deficiência auditiva; 11,6% deficiência visual; 8% tinham deficiência intelectual (mental); e os demais 11% tinham múltiplas deficiências ou eram reabilitados.



Fonte: RAIS/MTb

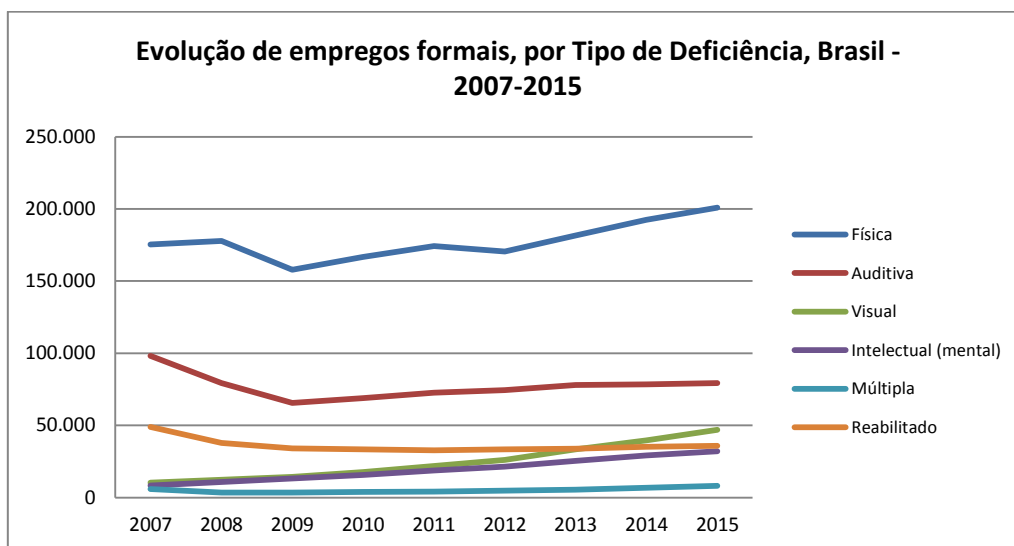
Do total de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, 30,2% estavam em São Paulo; 10,4% em Minas Gerais e 8,3% no Rio de Janeiro.



Fonte: RAIS/MTb

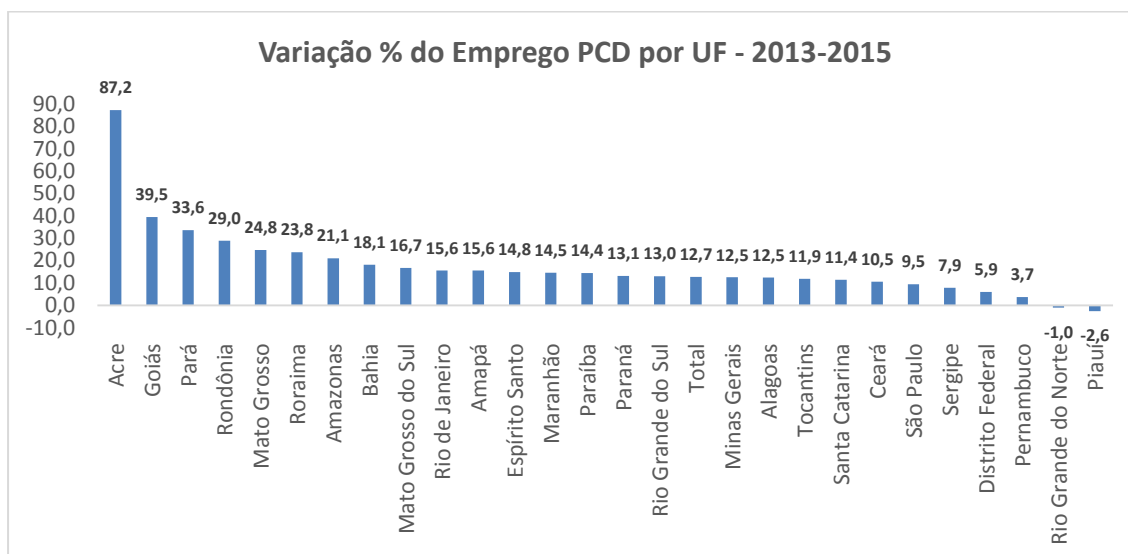
A disponibilidade de empregos formais no mercado de trabalho no Brasil mostra-se maior para pessoas com deficiência física a partir de 2012. Para deficientes auditivos houve uma queda no ano de 2009 e manteve-se, basicamente, sem alterações até o ano de 2015. O mesmo ocorre com reabilitados, que também teve uma baixa no ano de 2008 e manteve-se constante até 2015. Tanto para deficientes visuais quanto para os que apresentam deficiência intelectual e mental, o aumento mais significativo deu-se a partir de 2009. Para aqueles com deficiência múltipla, os números não sofreram alterações significativas.

Importante ressaltar que houve um aumento de quase 16% do total de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho de formal no período analisado, verificando-se crescimento inclusive de 2014 para 2015, quando o emprego formal total apresentou retração.



Fonte: RAIS/MTb

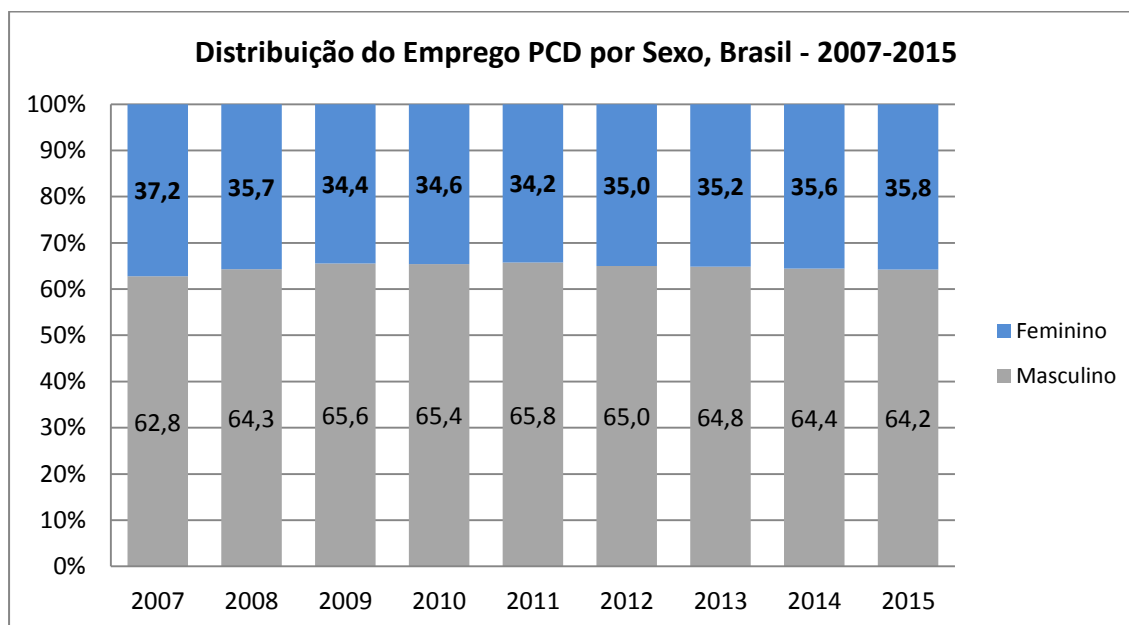
Entre os anos de 2013 e 2015, o Acre foi o Estado que mais gerou empregos para pessoas com deficiência, seguido de Goiás e Pará. Os Estados do Rio Grande do Norte e Piauí revelaram resultados negativos durante o mesmo período.



Fonte: RAIS/MTb

Estabelecido o recorte de gênero, constata-se que mulheres com algum tipo de deficiência possuem mais dificuldade para adentrar o mercado de trabalho do que os homens. A população economicamente ativa de homens que declararam deficiência é de 56,4%, enquanto a de mulheres é de 43,1%, de acordo com o Censo do IBGE.

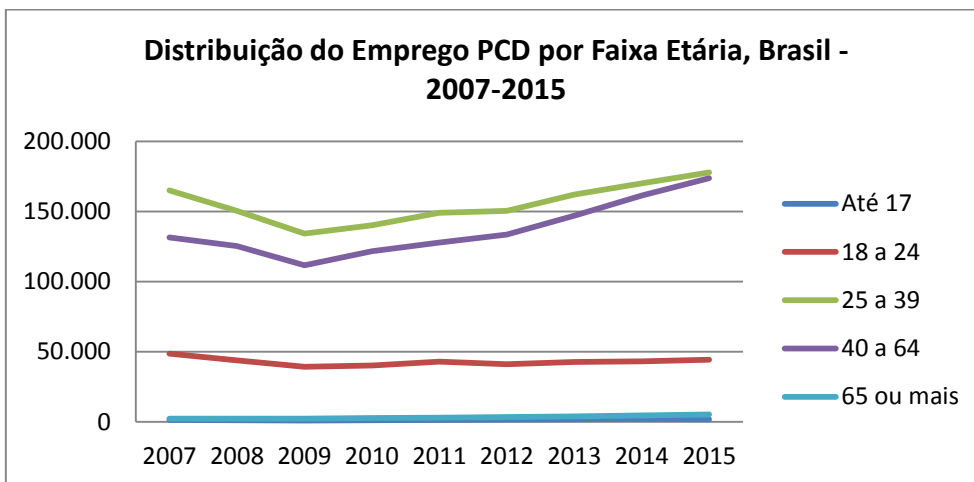
Apesar de participação feminina no mercado de trabalho ter aumentado nos últimos anos, as mulheres com alguma deficiência ainda são minoria no mercado de trabalho formal (35,8% em 2015). A proporção de empregos entre homens e mulheres não sofreu grandes alterações de 2007 a 2015. Para o total de trabalhadores formais, a participação feminina no mercado de trabalho formal chega a 43%.



Fonte: RAIS/MTb

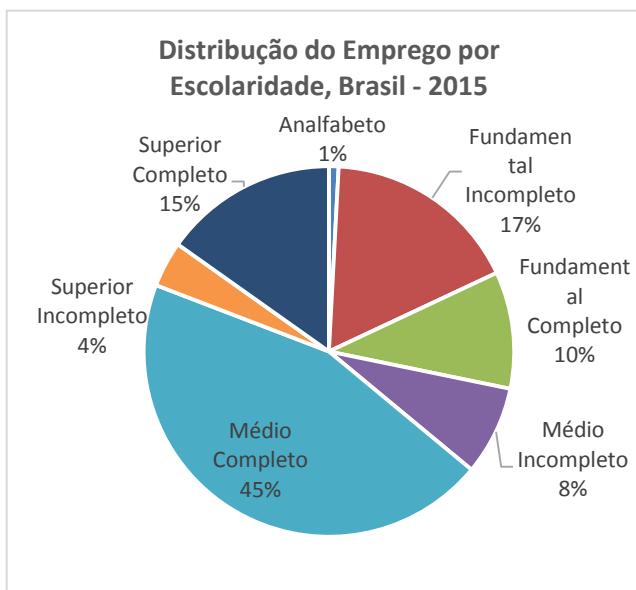
No que se refere à faixa etária, é possível notar um nítido aumento, a partir de 2012, das pessoas com deficiência entre 25 e 64 anos no mercado de trabalho formal. A proporção das pessoas entre 40 e 64 anos está alcançando o das de pessoas entre 25 e 39 anos. Das pessoas até 17 anos e as de 65+, os números não apresentam grandes alterações. Apesar da baixa em 2009, os números de vínculos ativos de pessoas de 18 a 24 anos também se revela estável.





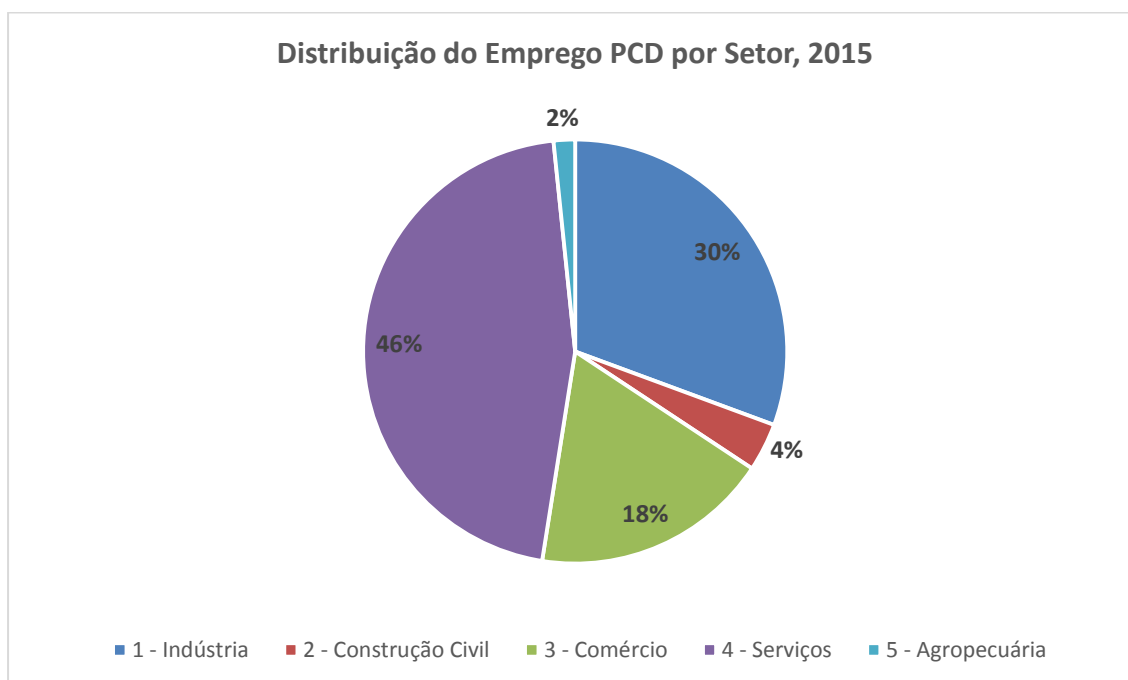
Fonte: RAIS/MTb

Em relação à escolaridade, em 2015, 45% dos trabalhadores PCD no mercado de trabalho formal possuíam nível médio completo, 17% fundamental incompleto, 15% superior incompleto, 10% fundamental completo e 8% médio incompleto.



Fonte: RAIS/MTb

Abaixo segue gráfico dos vínculos ativos distribuídos por setor de atividade no mercado formal no ano de 2015. Observa-se que a maioria das PCDs se encontrava no setor de serviços (46%) e indústria (30%).



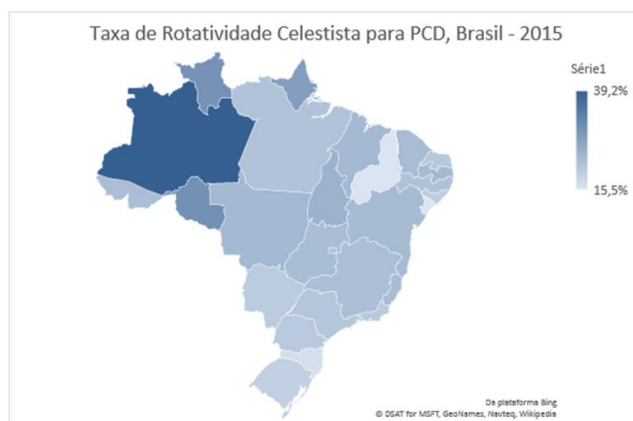
Fonte: RAIS/MTb

No que se refere à ocupação, em 2015, a maioria das PCDs estava empregada com auxiliar de escritório, assistente administrativo, alimentador de linha de produção e faxineiro.

Ocupação	2014	2015	Var.%
AUXILIAR DE ESCRITORIO, EM GERAL	40.061	42.120	5,1%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25.347	28.521	12,5%
ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	16.274	17.043	4,7%
FAXINEIRO	12.375	14.452	16,8%
EMBALADOR, A MÃO	9.160	10.757	17,4%
REPOSITOR DE MERCADORIAS	9.241	10.572	14,4%
ALMOXARIFE	7.647	8.224	7,5%
VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	7.225	7.621	5,5%
COBRADOR DE TRANSPORTES COLETIVOS (EXCETO TREM)	6.330	6.660	5,2%
TRABALHADOR DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERV. DE AREAS PUB.	5.648	5.942	5,2%
OPERADOR DE CAIXA	4.645	5.377	15,8%
RECEPCIONISTA, EM GERAL	4.728	5.185	9,7%
PORTEIRO DE EDIFICIOS	3.777	4.283	13,4%
ATENDENTE COMERCIAL (AGENCIA POSTAL)	3.702	4.102	10,8%
SERVENTE DE OBRAS	4.029	3.787	-6,0%
ARMAZENISTA	2.891	3.466	19,9%
CAIXA DE BANCO	3.221	3.461	7,5%
ESCRITURARIO DE BANCO	3.189	3.354	5,2%
MAGAREFE	2.460	2.890	17,5%
TRABALHADOR DA MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES	2.912	2.820	-3,2%

Fonte: RAIS/MTb

Por fim, em relação à rotatividade, observa-se que em 2015, a taxa de rotatividade para pessoas com deficiência foi de 21,4%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 38,6%. Esse indicador apresentou grande variação entre as Unidades da Federação, sendo as maiores taxas de rotatividades para PCD encontradas nos estados do Norte e as menores nos estados do Sul.

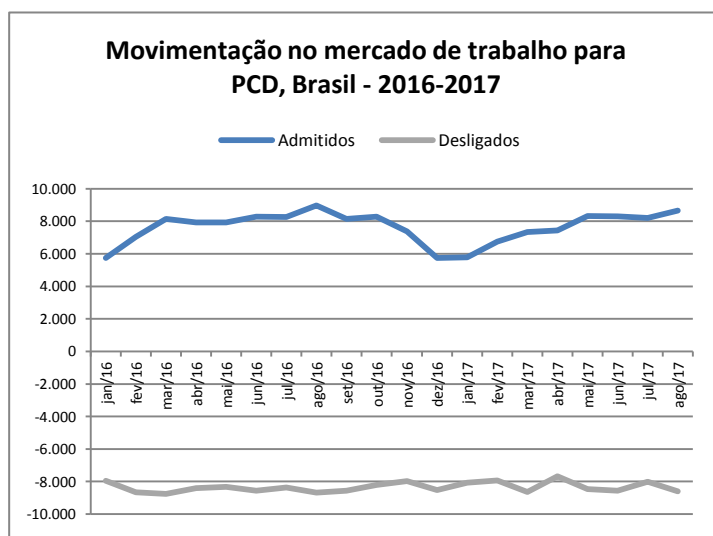
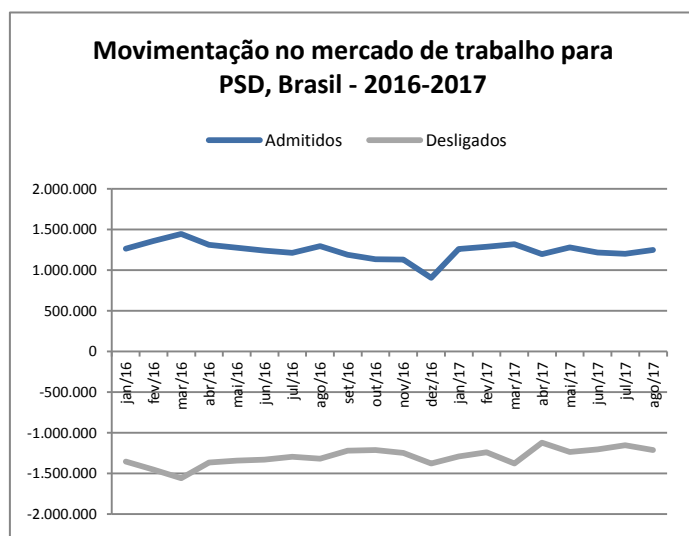


Fonte: RAIS/MTb

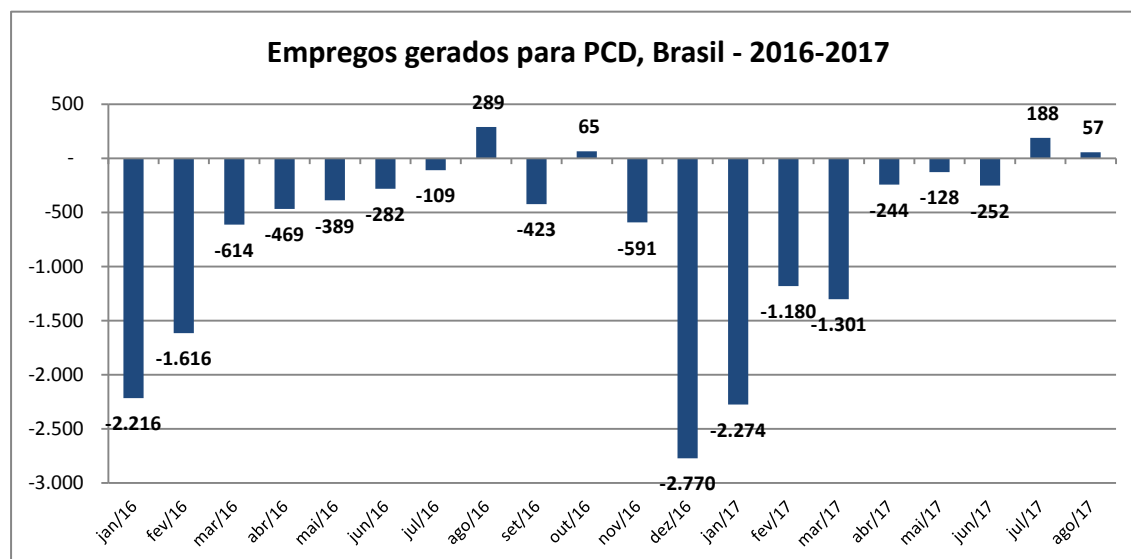
### 3 | MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO

Nessa seção, busca-se quantificar a movimentação do emprego formal de pessoas com deficiência. Os dados utilizados são provenientes dos registros administrativos do Ministério do Trabalho mais especificamente do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Ao analisarmos a movimentação no mercado de trabalho no período de 2016 a agosto de 2017, observa-se para as pessoas sem deficiência, uma tendência de queda das admissões a partir de abril de 2016, e crescimento a partir de janeiro de 2017. Já para as pessoas com deficiência, verificou-se uma tendência de crescimento das admissões a partir de abril de 2016, com posterior queda e ascensão também a partir de janeiro de 2017.



No que se refere aos empregos gerados para pessoas com deficiência no período, observa-se saldo negativo na maioria dos meses, com destaque para os saldos positivos em julho e agosto de 2017. Cabe destacar que para o mercado de trabalho em geral, verificou-se saldo positivo a partir de abril de 2017.



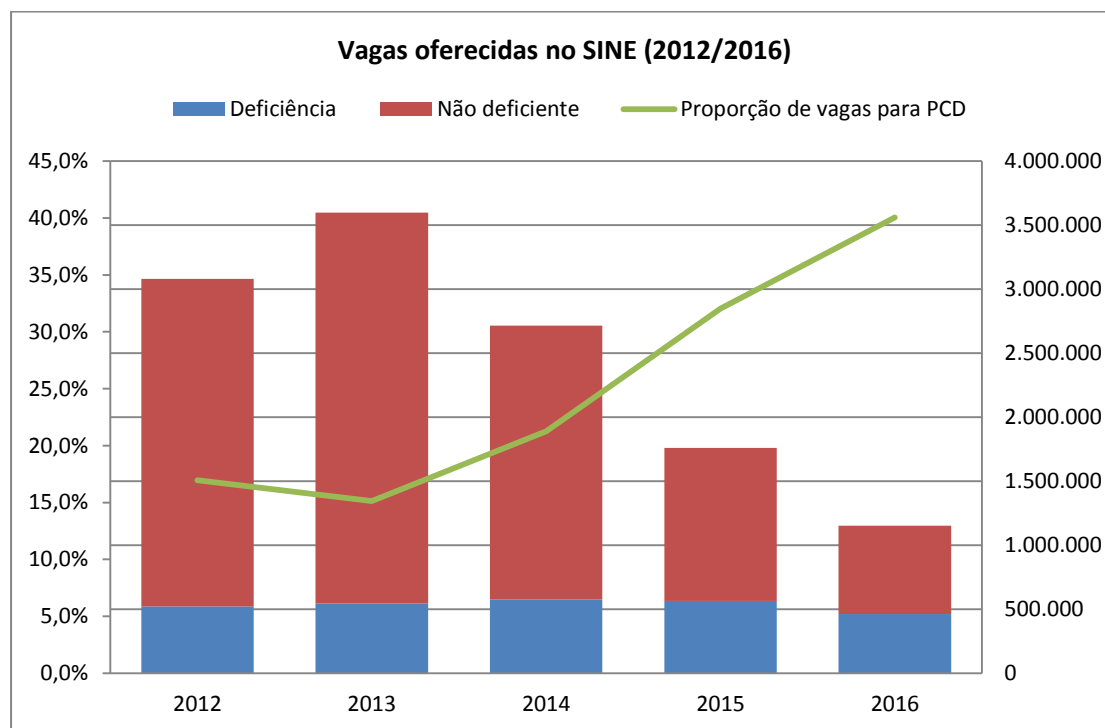
Fonte: CAGED/MTb

Em relação às Unidades da Federação, no acumulado do ano de 2017, apenas Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Distrito Federal apresentaram saldos positivos.

## 4 | A POLÍTICA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

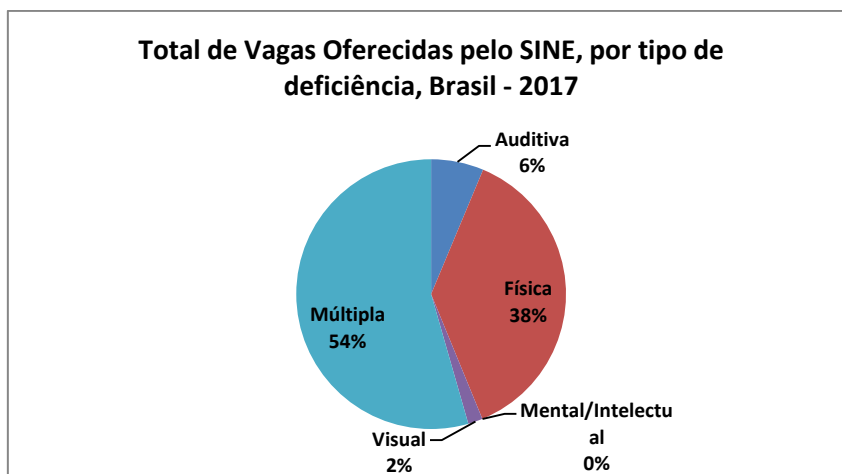
A política de intermediação de mão-de-obra, implementada pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), promove o encontro entre trabalhadores desempregados e vagas de emprego. Nesta seção, apresenta-se uma análise dos principais resultados dessa política para o público PCD, de acordo com a base de gestão da intermediação de mão-de-obra.

No período de 2012 a 2016, observa-se uma redução de 62% do total de vagas oferecidas pelo SINE. Contudo, as vagas ofertadas para pessoas com deficiência (não exclusivas) sofreram redução de 11%. Dessa forma, a proporção de vagas que aceitavam pessoas com deficiência passou de 17% em 2012 para 40% em 2016.



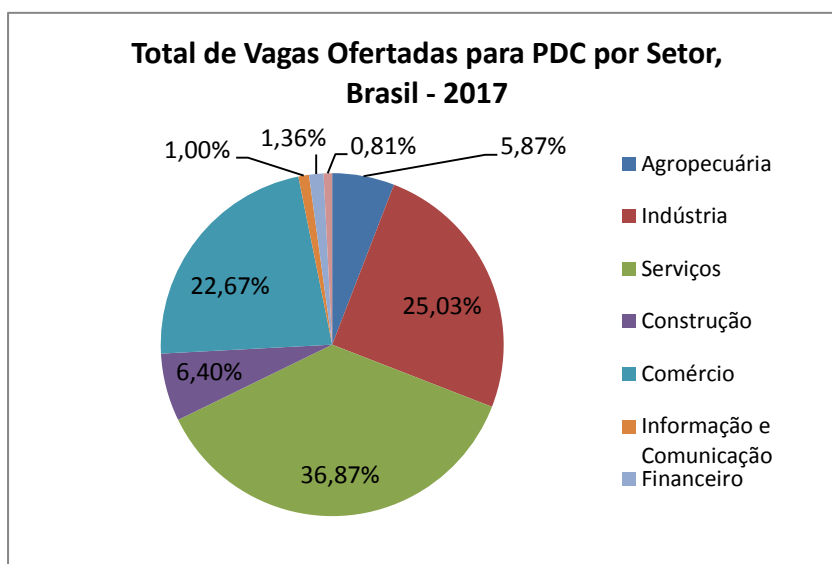
Fonte: BGIMO/MTb

No acumulado do ano de 2017, foram ofertadas 351.181 vagas para pessoas com deficiência. Deste total, 54% aceitavam pessoas com mais de um tipo de deficiência, 38% para deficientes físicos, 6% para deficientes auditivos, 2% para deficientes visuais. Nenhuma vaga foi ofertada para pessoas com deficiência mental/intelectual.



Fonte: BGIMO/MTb

Na análise por setor econômico, o setor serviços é o que mais se sobressai em relação á oferta de vaga para PDC (36,8%), seguido do setor de indústria (25%) e comércio (22,7%).



Fonte: BGIMO/MTb

Referente à ocupação, destacam-se algumas com maior oferta de vagas para PCD: Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro, Vendedor de Comercio Varejista, Operador de Telemarketing Receptivo, Operador de Caixa. Abaixo, tem-se um quadro com as 20 ocupações com maior quantidade de vagas ofertadas em 2017:

Ocupação	2017
Alimentador de Linha de Produção	38.949
Faxineiro	15.939
Vendedor de Comercio Varejista	13.223
Operador de Telemarketing Receptivo	8.646
Operador de Caixa	10.000
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	9.990
Auxiliar de Escritório, em Geral	10.187
Repositor de Mercadorias	7.211
Servente de Obras	6.945
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	7.494
Trabalhador da Manutenção de Edificações	3.419
Trabalhador da Cultura de Cana-De-Açúcar	4.468
Atendente de lojas e mercados	6.883
Atendente de Lanchonete	3.507
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	6.495
Operador de Telemarketing Ativo	2.849
Embalador, a Mão	4.474
Pedreiro	2.595
Almoxarife	3.594
Recepcionista, em Geral	3.651

Fonte: BGIMO/MTb



Em relação aos indicadores de desempenho da política de intermediação de mão-de-obra, observa-se que em 2017, 11.072 pessoas com deficiência se inscreveram no SINE em busca de um emprego. No mesmo período, foram realizados 119.418 encaminhamentos para vagas, resultando em um total de 13.425 pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal, por meio do SINE. As pessoas com deficiência física foram as que mais procuraram o SINE, seguidas pelas pessoas com deficiência auditiva.

Indicadores de Desempenho da IMO, Brasil - 2017			
	Inscritos	Encaminhados	Colocados
<b>Auditiva</b>	2.134	23.725	2.680
<b>Física</b>	5.265	62.019	7.109
<b>Mental/Intelectual</b>	1.576	9.097	705
<b>Visual</b>	1.680	17.124	2.211
<b>Múltipla</b>	417	7.453	720
<b>Total</b>	<b>11.072</b>	<b>119.418</b>	<b>13.425</b>

Fonte: BGIMO/MTb